# IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

*Maria Izilda Santos de Matos*

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas
mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

*Fernando Pessoa*

## BRAÇOS PARA A LAVOURA PAULISTA

A expansão da economia cafeeira pela Província/Estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de braços para a lavoura que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava, gerando a questão do trabalho.

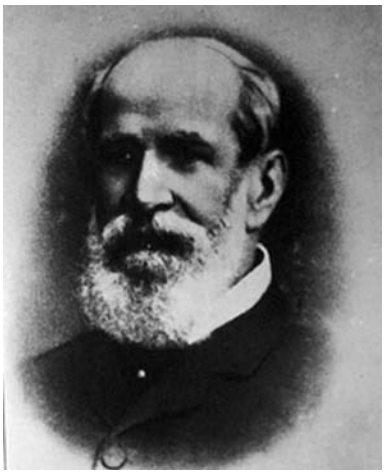
A luta pela imigração em São Paulo se iniciou antes do final da escravidão, desde 1871 que o Governo Provincial paulista empreendeu esforços para formar a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, tendo por finalidade facilitar aos cafeicultores o acesso aos trabalhadores imigrantes.

As pressões da elite paulista tornaram-se crescentes, na Assembléia Provincial projetos relacionados com a questão do trabalho eram propostos e discutidos, dando origem a todo um conjunto de leis provinciais que propunha implementar a ajuda financeira aos fazendeiros que buscassem atrair imigrantes, auxiliando-os nas despesas de viagem (1884); assim, abriram-se as portas para Imigração Subvencionada.

Em 1886, sob os auspícios do então Presidente da Província João Alfredo, fundou-se a Sociedade Promotora da Imigração, encabeçada por Martinho da Silva Prado Junior, Nicolau de Sousa Queirós e Rafael Aguiar Pais de Barros. A essa Sociedade cabia difundir, propagandear, atrair e recrutar trabalhadores na Europa, estabelecendo contratos e racionalizando os custos de tal empreitada.

As ações da Sociedade foram iniciadas pelas atividades de divulgação, editando folhetos (oitenta mil, em português, italiano e alemão) que difundiam as vantagens de emigrar para o Brasil. Nos folhetos eram apregoadas as facilida-

des da imigração para São Paulo, com destaque para o transporte ferroviário, hospedagem, alimentação e tratamento médico gratuito. Além do empenho na divulgação, a Sociedade se responsabilizou pela administração efetiva de todo um programa de imigração (estabelecido por lei de 3/2/1887).



Martinho Prado

Em 1887, Martinho Prado viajou para a Europa buscando estabelecer contatos para viabilizar as propostas criando um escritório em Gênova, que deveria fazer a propaganda e selecionar os imigrantes, já com subsídios do governo, que aprovou fundos para essas ações.

> "A Promotora fazia o contrato com o governo para trazer os trabalhadores. Desta maneira, os fundos públicos eram canalizados quer para companhias de navegação, quer individualmente para imigrantes, visando pagar os custos do transporte"[1].

Com a divulgação pelos recrutadores do programa de transporte gratuito pelo governo paulista, a atração de imigrantes foi grande, conseguindo arregimentar muitos estrangeiros, geralmente os que tinham menos recursos. Para receber a passagem subsidiada, o pretendente tinha que satisfazer certos critérios definidos como idade, sexo, estrutura familiar e ocupação. Não poderiam ser financiados imigrantes solteiros ou os que declarassem intenção de se estabelecer em outro estado, também os que já anteriormente tivessem recebido passagem paga para o Brasil e depois retornado a sua terra[2].

Apesar do advento da República em 1889, as ações da Sociedade mantiveram continuidade. A constituição republicana deu autonomia aos estados, incluindo entre as várias atividades da recém-criada Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas – o serviço de imigração.

> "Em 1894, a Secretaria de Agricultura de São Paulo concluiu o primeiro de muitos contratos diretos com Companhias de navegação. Em 1895, a Sociedade Promotora recebeu os últimos grupos de europeus, e a Secretaria de Agricultura. Tomou a si uma parte maior do programa. Completada a transição administrativa, alcançados seus propósitos, a Promotora se desfez no curso de 1895"[3].

Gradativamente, a política de subvenção foi ampliada, incluindo hospedagem e transporte dos imigrantes para as fazendas. Todos esses subsídios propiciaram ao Estado um controle sobre as ocupações, atividades e destino dos imigrantes chegados a São Paulo. Destacando que entre 1908 e 1921, dos imigrantes subsidiados que entraram pelo porto de Santos, 98% passaram pela hospedaria, dos não subsidiados, só de 23% se encontra o registro nos livros da Hospedaria, isso quer disser que a maioria deles atuou autonomamente.

Os defensores da política imigrantista consideravam esse meio o ideal para o abastecimento de trabalhadores nas fazendas de café. A cafeicultura paulista foi efetivando seu projeto de uma política imigrantista, nesse processo percebe-se a passagem de ações e interesses do grupo para uma política do Estado[4], inicialmente provincial e depois pelo governo federal, através de uma política imigrantista. Dessa forma, a elite agrária conseguiu impor sua proposta para a questão da mão-de-obra – uma política imigrantista em massa, contínua[5] e subvencionada pelo governo[6].

O sistema implantado optou preferencialmente pela introdução de europeus[7] e em unidades familiares, o que permitiu aos cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho.

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira é descrita nos relatórios da época, que estão repletos de denúncias: os baixos salários eram reduzidos pelas multas lançadas; a impontualidade e as fraudes nos pagamentos, confiscos, pesos e medidas ilegais, os endividamentos nos armazéns das fazendas somavam-se à disciplina coercitiva e à violência física contra os colonos.

## HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES

Em finais de 1881, a Assembléia Provincial de São Paulo organizou um comitê (encabeçado por Nicolau de Sousa Queirós) para estudar a recepção dos imigrantes e planejar uma hospedaria. Em 1882, foi adquirido para tal fim um prédio no bairro do Bom Retiro, apesar das ações de remodelação, tinha como limite a acomodação de 500 pessoas. Essa primeira hospedaria era pequena, com graves problemas de epidemias e localização incómoda distante das ferrovias existentes.

Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Não tardaria (Março de 1885) a Assembléia autorizou a construção de uma nova hospedaria. A Comissão encarregada escolheu como lugar para a construção, um ponto de junção das linhas ferroviárias que conectavam a capital paulista a Santos e Rio de Janeiro.

A construção da nova hospedaria foi iniciada em 1886 e já em 1887, ainda em obras, recebeu os primeiros imigrantes. Pronta em 1888, a hospedaria tinha a capacidade para 4 000 pessoas, tornando o prédio ponto central do programa de imigração paulista, nos seus dez primeiros anos de funcionamento foi coordenada pela Sociedade Promotora da Imigração. Em certos momentos chegou a abrigar cerca de 10 000, suas condições de alimentação e higiene tornavam-se precárias.

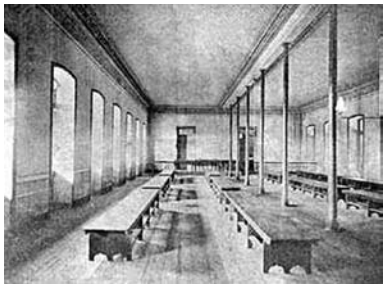
Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Depois da viagem transoceânica de 3 a 5 semanas, em porões úmidos e mal ventilados, a chegada dos imigrantes ocorria no porto de Santos, aonde se tomava o trem até a cidade de São Paulo, desembarcando na própria hospedaria. Aos recém chegados era permitido permanecer na hospedaria por 4 a 8 dias, tendo um lugar para dormir, duas refeições diárias e tratamento médico.

O prédio era uma construção ampla, ocupando quase um quarteirão, possuía um desvio ferroviário com plataforma própria para a chegada dos trens[8].

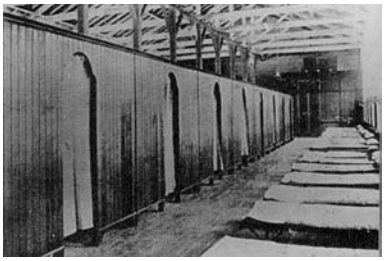
Estação de trem da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Num andar térreo localizavam-se os escritórios, casa de cambio, setor médico, cozinhas, refeitórios e estoques.



Dependências internas da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

No andar superior localizavam-se os dormitórios. Numa construção à parte, no próprio terreno, encontrava-se instalado o setor aonde os imigrantes se encontravam com os cafeicultores para estabelecer o contrato. Assinado o contrato, o imigrante tomava um trem para o interior.



Dormitórios da Hospedaria

Havia controle de vigias nos prédios dia e noite, buscava-se evitar roubos, mas também os aliciadores que poderiam desviar os braços ou iludir os recém-chegados.

De 1892 a 1905, a Hospedaria esteve vinculada à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, passando para a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração em 1905-11 que, em 1906, reformou as instalações, buscando melhorias nas áreas sanitárias, cozinha, refeitórios e dormitórios. Também os contratos foram reajustados para evitar fraudes e abusos.

A partir de 1911, a instituição esteve sob a gerencia do Departamento Estadual do Trabalho, retornando para o Serviço de Imigração e Colonização, em 1939. Recebeu o último grupo de imigrantes em 1978. Calcula-se que chegou a hospedar 3 milhões de imigrantes, de mais de 70 nacionalidades.

Memorial do Imigrante

Em torno da Hospedaria dos Imigrantes gravitaram outros Departamentos e organismos envolvidos nas questões e serviços da imigração, também da colonização e terras, com destaque para: Agência Oficial de Imigração do porto de Santos, Hospedaria de Campinas, Agência Oficial de Imigração de Cachoeira Paulista e a Hospedaria Provisória de São Bernardo.

No início da República, a Hospedaria esteve vinculada à Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração (ITCI) da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas (1892-1905)[9].

Já em 1905, a Hospedaria passou à subordinação da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração (DTCI – 1905-11) que gestava as questões relativas à terra, núcleos coloniais, imigração, fiscalização do trabalho de colonização e também a Inspetoria de Imigração do Porto de Santos (IIPS criada em 1907).

Criado em 1911 (até 1930), o Departamento Estadual do Trabalho (DET) passou a subordinar a Hospedaria, a Inspetoria de Imigração do Porto de Santos (a partir de 1924) e a Diretoria de Terras, Minas e Colonização (1926-1935 órgão criado em substituição da DTCI)[10].

Em 1935, foi recriada a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração (DTCI – 1935-39) que incorporou a Hospedaria. Posteriormente, com a reorganização da Secretaria de Agricultura foi estabelecido o Serviço de Imigração e Colonização (SIC – 1939-46) estando a Hospedaria e a Inspetoria de Santos subordinadas a ele.

Durante a Segunda Grande Guerra (1943-45), a Hospedaria manteve sob-guarda imigrantes japoneses e alemães enviados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), por serem considerados de alta periculosidade.

Num quadro de amplas mudanças políticas, em 1946, a nova Secretaria dos Negócios da Agricultura criou o Departamento de Imigração e Colonização (DIC), que funcionou até 1968; quando os Serviços de Imigração e Recepção de Estrangeiros (SIE) e Migrantes (DM) foram incorporados na Secretaria de Estado da Promoção Social.

Em 1967, a maioria dos abrigados chegava do próprio país, eram trabalhadores do Norte e Nordeste brasileiro que vinham tentar a vida na grande capital, assim, a Hospedaria tornou-se dos Migrantes.

O conjunto arquitetônico da Hospedaria dos Imigrantes foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1982. O Centro Histórico do Imigrante (1986) e o Museu da Imigração (1993) foram transformados em Memorial do Imigrante (1998), que tem como objetivos: resgatar, registrar e preservar a memória da imigração.

O Memorial inclui:

- Centro de pesquisa e documentação;
- Museu da imigração;
- Núcleo Histórico dos transportes;
- Núcleo de estudos e tradições;
- Hospedaria dos Imigrantes.

## HOSPEDARIA DE IMIGRANTES: PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A memória construída pelos sujeitos históricos e pelos grupos, deve ser observada como um campo complexo de disputas e instrumentos de poder. Nesse sentido, o conceito de patrimônio encontra-se atrelado às questões de

identidade-memória, gerando preocupações e cuidados: com a preservação e com o direito à memória.

Cabe destacar que o patrimônio cultural inclui os vestígios e documentos de um grupo, que ancoram suas memórias e envolve suas questões simbólicas e valores afetivos. Sendo necessário reconhecer e afirmar o significado desse patrimônio histórico, e assim preservar, identificar, e conservar os documentos como bens culturais de inegável valor histórico.

Dessa forma, no Memorial do Imigrante pode-se encontrar vasta documentação sobre a Política de Terras e Colonização e Política de Mão de Obra, recepção e encaminhamento de trabalhadores imigrantes e migrantes.

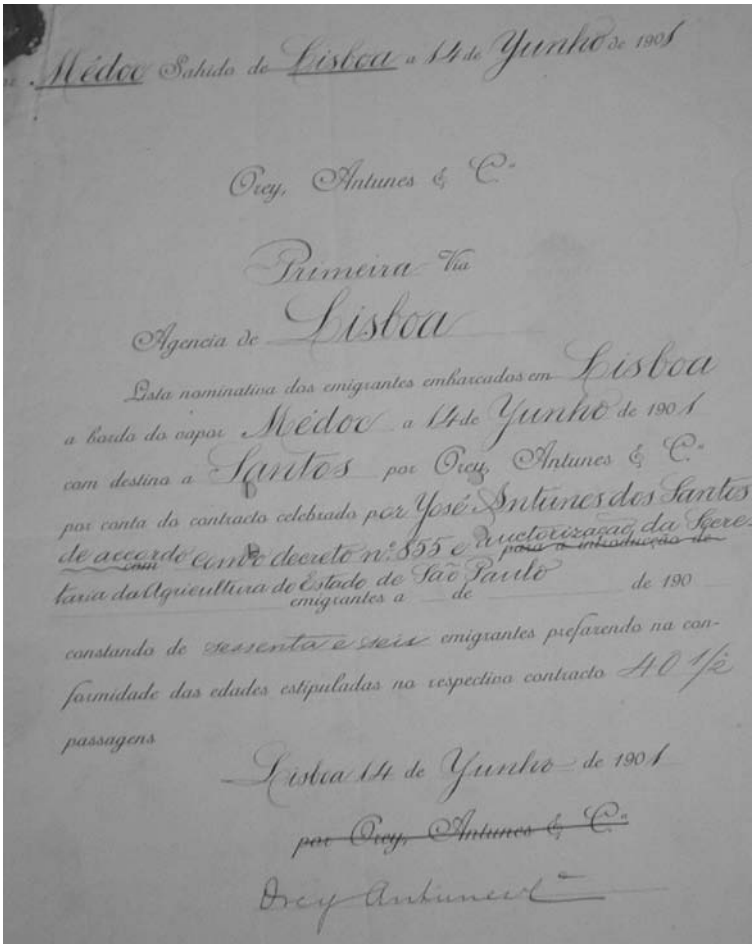
Esses documentos encontram-se reunidos em vários fundos documentais, além dos da Hospedaria do Bom Retiro e Hospedaria do Brás, também das várias Secretarias, Departamentos, Inspetorias e Serviços do Estado de São Paulo que estiveram relacionados ou mantiveram relações com a Hospedaria, como:

Secretaria dos Negócios do Governo;
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas;
Departamento de Terras, Colonização e Imigração;
Departamento Estadual do Trabalho;
Departamento de Imigração e Colonização;
Departamento de Amparo a Integração Social;
Diretoria de Terras, Colonização e Imigração;
Instituto Nacional de Imigração e Colonização;
Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração;
Inspetoria de Imigração do Porto de Santos;
Terras Imigração e Colonização;
Serviço de Imigração e Colonização.

Dois fundos merecem destaque:

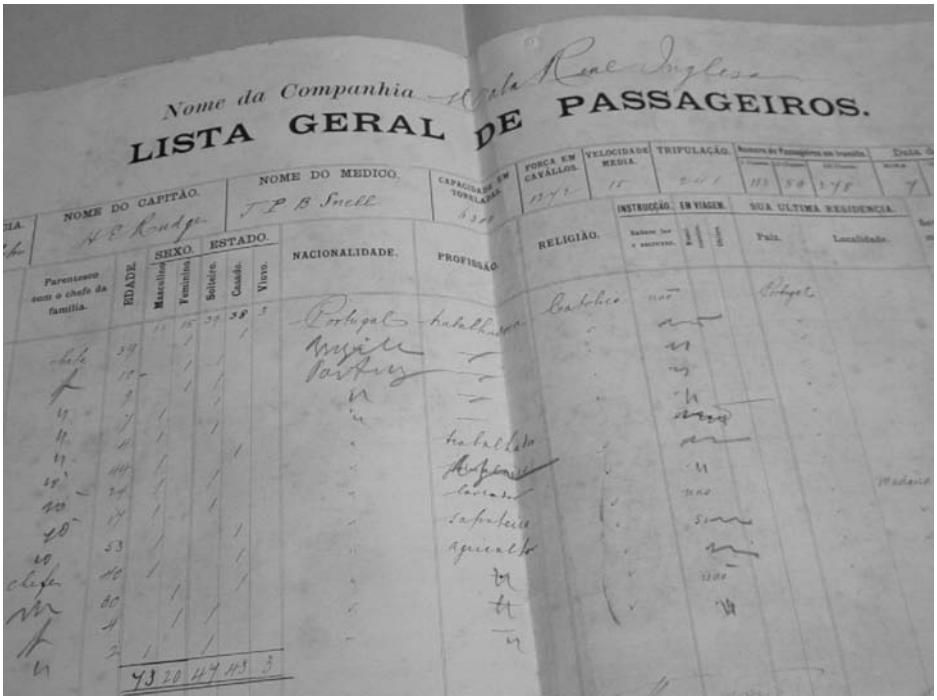
- documentação da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos e os documentos produzidos pelas Companhias Armadoras, como as listas de bordo de Navios que aportaram em Santos.
- livros de registro de imigrantes e migrantes alojados nas Hospedarias do Bom Retiro e do Brás.

## LISTAS DE BORDO



Lista Geral de Passageiros

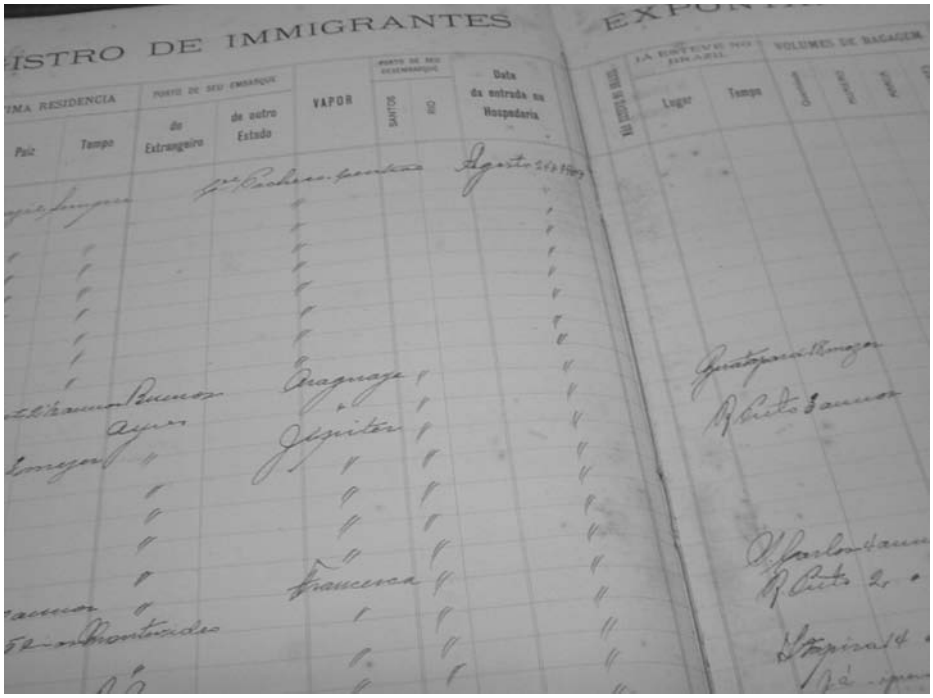
Listas de Bordo, em grande parte, se encontram micro filmadas, podendo-se identificar os imigrantes entrados (1888-1978), com séries completas entre 1908-1978, período em que a Inspetoria de Santos esteve subordinada à Hospedaria. As listas dos imigrantes saídos vão de 1900-1950.




Lista geral de passageiros

Por essas listas de bordo recuperam-se as seguintes informações: Identificação do vapor, Porto de embarque, Número de ordem, Classe, Nome, Parentesco com o chefe da família, Sexo, Estado civil, Nacionalidade, Profissão, Religião, Instrução, Última residência (país e localidade), Destino, Bagagem (volumes).

## LIVROS DE MATRÍCULA DOS IMIGRANTES ENTRADOS NA HOSPEDARIA




Registro de imigrantes da Hospedaria de São Paulo

Os registros de imigrantes e migrantes alojados na Hospedaria do Bom Retiro e na Hospedaria do Brás totalizam 109 livros (1882-1930), aproximadamente 2 milhões e 500 mil registros de imigrantes, entre: espontâneos ou subsidiados, com ou sem contrato, além de conter anotações sobre o cotidiano da hospedaria.

Esses livros de matrícula têm no seu conteúdo as seguintes informações: número de ordem, nome, idade, filiação, nacionalidade, sexo, estado civil, família e número de membros, profissões, instrução, religião, parentesco, última residência, porto de embarque/vapor/data da saída, porto de desembarque/vapor/data da chegada, data da entrada na hospedaria, se já esteve no Brasil, volumes de bagagens, destino (estação, Município, fazendeiro, núcleos coloniais, outros estados), repatriados/rejeitados, falecidos e outras observações.

## OUTROS DOCUMENTOS

Passaporte de imigrante portuguesa

No patrimônio documental do Memorial dos Imigrantes podem ser encontrados: Processos Administrativos da Secretaria de Agricultura, Processos do Serviço de Registro de Estrangeiros, Fichas de registro de Imigrantes e Migrantes. Além de documentos pessoais: Passaportes, Cartas de Chamada, Carteiras de Trabalho, Correspondência Pessoal, Periódicos, Fotografias, Mapas e Plantas. Um banco de entrevistas e vídeos está sendo constituído.

## IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO

Apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, alguns vieram diretamente para a cidade de São Paulo e outros (subsidiados ou não) após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas. Grande parte da entrada desses portugueses poderá ser localizada na documentação disponível nos arquivos do Memorial do Imigrante.

Imigrantes portugueses na Hospedaria de São Paulo

A emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, mas o contingente feminino cresceu gradativamente, verifica-se um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com a política imigrantista paulista. Assim, a imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, tornou-se tendencialmente familiar e permanente.

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas.

A imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, diferentes levas, alguns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns que chegaram no início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a Primeira Grande Guerra e também os que vieram durante o governo de Salazar.

## IMIGRAÇÃO PORTUGUESA SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

A historiografia contemporânea tem trazido à luz uma diversidade de documentos, um mosaico de pequenas referências esparsas, a dificuldade do historiador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito e o oculto, para descortinar o objeto.

Assim, o acervo do Memorial dos Imigrantes apresenta amplo manancial de possibilidades para os estudos sobre a Imigração portuguesa para São Paulo. Com a incorporação de evidências históricas orais, visuais e textuais poder-se-á, mais amplamente, revelar as experiências de sujeitos de diferentes tempos, espaços, relações sociais e culturais.

Lidar com essa diversidade de fontes, cruzando-as continuamente, é captar os sinais que dela se emitem, é, portanto, estabelecer com elas uma relação dialógica. Travar esse diálogo com o que propositadamente se ausenta das fontes, formular hipóteses e problematizações é primordial, cabendo examinar exaustivamente essa documentação, ampliando-a e interpretando-a, na expectativa de que os sujeitos sociais envolvidos nessas tramas possam ser resgatados[11].

## FONTES

*Introdução à História da Hospedaria de imigrantes em seus aspectos institucionais*, 2000, série resumos 6, Memorial do Imigrante, São Paulo.

## BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa (1987), *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*, São Paulo: T. A. Queiroz--Edusp.

FEBVRE, Lucien (1985), "Viver a história", in *Combates pela História*, Lisboa: Presença.

HOLLOWAY, Thomas H. (1984), *Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo (1886-1934)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOBO, Eulália Maria L. (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.

MATOS, M. Izilda S. de (2002), *Cotidiano e Cultura*, Bauru: EDUSC.

PEREIRA, M. Halpern (2002), *A política portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Bauru: EDUSC.

SALLES, Iraci G. (1986), *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*, São Paulo: Hucitec.

SAYAD, A. (2000), "O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante", in *Travessia, Revista do Migrante*, vol. 13, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios.

STOLCKE, Verena (1986), *Cafeicultura – Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*, São Paulo: Brasiliense.

## NOTAS

1 HOLLOWAY, 1984: 66.

2 HOLLOWAY, 1984: 82.

3 HOLLOWAY, 1984: 67.

4 SALLES, 1986: 110.

5 A imigração contínua visava manter braços disponíveis frente a alta rotatividade dessa mão--de-obra, ao final dos contratos grande parte não permanecia nas propriedades, havendo uma continua necessidade de braços.

6 A partir de 1914, a política de subsídio à imigração declinou, sendo finalmente encerrada em 1927 quando do governo de Júlio Prestes.

7 Esperava-se que o trabalhador imigrante reabilitasse o ato de trabalhar e que sua atividade não só regenerasse, mas que imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho, ocupação enobrecedora e pressuposto para o progresso. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização (SALLES, 1986).

8 Os hóspedes podem ser agrupados em três grandes categorias: recém-chegados subsidiados e não subsidiados, estrangeiros e nacionais que vinham de outros estados.

9 *Introdução à História da Hospedaria*…, 2000, série resumos 6, Memorial do Imigrante.

10 O DET foi inicialmente extinto em 1930, mas reativado entre 1933-35.

11 FEBVRE, 1985.